

DENÚNCIA DOCUMENTADA

Documento do Ministério da Saúde é um dos pontos de denúncia do servidor federal, que também relata indício de propina por vacinas

Documento na lupa. A autenticidade de um documento foi um dos principais pontos da oitiva à CPI da Covid, no Senado, dos irmãos Luis Miranda (deputado federal) e Luis Ricardo Miranda (servidor de carreira lotado no Ministério da Saúde). Eles falaram aos senadores na última sexta-feira (25).

Pressionado a fechar a compra do imunizante indiano Covaxin por preço mais caro, Luis Ricardo disse que um recibo autêntico do Ministério da Saúde evidencia ilegalidades na aquisição.

Ele relatou que o documento atesta que o ministério iria pagar antecipadamente US\$ 45 milhões à Madison Biotech, apontada como subsidiária da Bharat Biotech, fabricante da vacina indiana. A Madison, porém, não constava no contrato assinado com a pasta.

O recibo em questão tem a data de 19 de março deste ano e, segundo Luis Ricardo, foi o motivo para que ele contrariasse seus chefes e se recusasse a dar aval ao processo.

80,7

REAIS

é o valor de cada vacina indiana Covaxin no contrato com o governo brasileiro; antes custava R\$ 7,20

De acordo com o servidor, ele e o irmão detalharam as suspeitas ao presidente Jair Bolsonaro em 20 de março. Ainda segundo ele, o presidente disse que levaria o caso para a PF (Polícia Federal).

“Eu apresentei toda a documentação, o contrato que foi assinado, as pressões que estavam acontecendo internamente no ministério, e a gente levou até a casa do presidente”, disse Luis Ricardo.

Até hoje, entretanto, a PF não abriu nenhum inquérito para apurar a situação.

Em um pronunciamento sem direito a questionamentos, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Onyx Lorenzoni, disse que há indícios de que a fatura apresentada pelos irmãos Miranda não era verdadeira ou teria sido forjada para prejudicar Bolsonaro.

Com base nisso, o governo pediu uma investigação para Polícia Federal, a PGR (Procuradoria-Geral da República) e a CGU (Controladoria-Geral da União). Mas para investigar os irmãos, e não as denúncias. ■



PRESIDENTE

“Para tristeza de alguns, o governo está completando dois anos e meio sem corrupção”.

Jair Bolsonaro
Presidente do Brasil



DENÚNCIA

“Apresentei toda a documentação, o contrato assinado e as pressões internas”.

Luis Ricardo Miranda
Servidor do Min. da Saúde

DEPOIMENTO

Servidor diz ter sido informado de que gestores recebiam propina por vacinas

DENÚNCIA. O servidor Luis Ricardo Miranda, do Ministério da Saúde, disse à CPI da Covid que foi informado de que alguns gestores da pasta estavam recebendo propina por

vacinas. “O ministério estava sem vacina. E um colega servidor disse que um rapaz vendia vacina. E esse rapaz disse que gestores estavam recebendo propina. Não disse nomes”. ■

BOMBAS

PREÇO

Valor da Covaxin contratado pelo governo brasileiro (US\$ 15 por vacina) ficou acima do preço previsto de US\$ 1,34.

PRESSÃO

Servidor relata ‘pressão incomum’ de autoridade do Ministério da Saúde para assinar o contrato com intermediária.

RAPIDEZ

Negócio pela Covaxin foi fechado com velocidade atípica (97 dias) contra os 330 dias para a assinatura de contrato com a Pfizer.

